

# INFORME-SE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL ASSESSORIA DE IMPRENSA

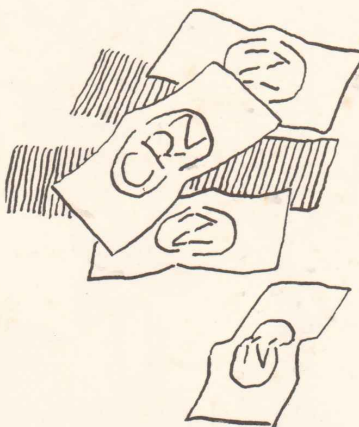
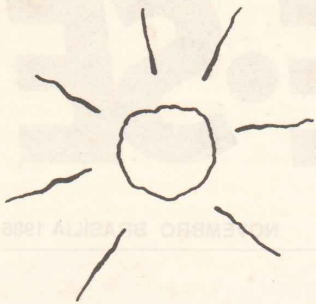
NOVEMBRO BRASÍLIA 1986

Neste número:

Cursos, eventos, exposições . . .	16
Reposição de aulas . . . . .	5
Horas-extras . . . . .	11
Concurso para professores . . .	13
Um novo fazer pedagógico . . .	6
Troca de saberes . . . . .	3
Descentralização . . . . .	7
Conselhos Diretores nas escolas	4
Violência nas escolas . . . . .	14
Ensino rural . . . . .	20
Antecipação de Férias . . . . .	2



**DEBATE**  
Professores, diretores, alunos e técnicos discutem o caminho para mudar a escola e aproximá-la da comunidade. Uma questão polêmica: como descentralizar o processo pedagógico e administrativo?



## Auxiliares administrativos terão progressão funcional

Os auxiliares administrativos conseguiram ver atendida uma antiga reivindicação: a progressão funcional. O Conselho Diretor da Fundação Educacional aprovou, dia 4, o regulamento da progressão funcional, previsto na resolução 1289, de novembro de 1984.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Ivone Gonçalves de Andrade, concorrerão à progressão funcional todos os servidores integrantes da Tabela de Emprego Permanente da Fundação Educacional, que satisfaçam o requisito do interstício mínimo de um ano na mesma referência de uma categoria funcional, contado a partir de 01.11.84, excluindo-se os professores, amparados pela lei 6366/76.

O planejamento, a coordenação e a execução do instituto da progressão funcional serão de responsabilidade da Direção de Seleção e Capacitação de Recursos/DRH.

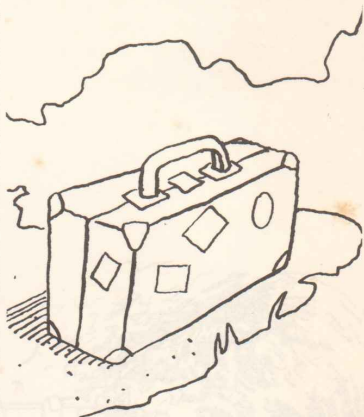
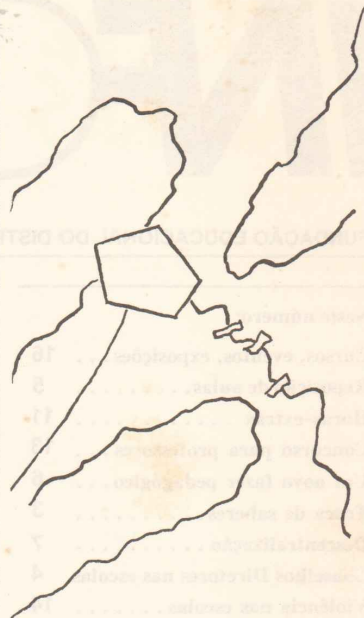
O regulamento aprovado dia 4 foi elaborado por uma comissão paritária, composta por membros do Sindicato dos Auxiliares Administrativos e da Fundação Educacional do DF.

A DRH divulgará todos os avisos referentes à progressão funcional na administração central, complexos escolares, estabelecimentos de ensino e sindicatos de classe.

## Antecipação de férias sai dia 19 de dezembro

A Direção de Pessoal informa que os professores terão creditados em seu pagamento de dezembro, no dia 19/12: o salário normal, o 13º salário e a antecipação de férias.

Os servidores da área administrativa que entrarem em férias em janeiro receberão o mesmo tratamento adotado para os professores. Os que não entram em férias neste período, recebem o salário normal e o 13º.



# TROCA DE SABERES

O caminho para uma nova escola

Estamos lançando na rede oficial de ensino do Distrito Federal uma nova proposta de planejamento, baseada na descentralização. Trata-se de um trabalho efetivo de participação da escola e da comunidade na definição dos recursos e atividades da FEDF, através da elaboração de propostas de trabalho que serão consolidadas no Plano de Ação para 1987.

Com o planejamento descentralizado, está sendo aberto espaço para que os professores, alunos, servidores, a direção da escola e a comunidade soltem sua criatividade e elaborem propostas baseadas no contexto do aluno, no dia-a-dia da comunidade, em suas principais necessidades. Estas propostas deverão ser compatibilizadas com as normas e diretrizes que regem, atualmente, o ensino público, com a flexibilidade necessária à construção de uma escola comprometida com transformação.

É fundamental, neste processo, a criação de condições e mecanismos que fortaleçam a relação com a comunidade e abram espaço para maior participação e

criatividade ao professor. Houve um período em que ele foi mero executor no processo educacional, enquanto ao aluno cabia o papel de uma garrafa vazia, que seria encheda de acordo com o que tivesse sido planejado por uma cúpula. Com isso foi negada ao professor a autonomia para ser um organizador de condições de aprendizagem. Nossa idéia é fortalecer ao máximo esse papel do professor e estimular sua criatividade e participação. Uma participação que é, também, um processo de aprendizagem para toda a comunidade escolar.

Nossas referências teóricas estão voltadas para a diversidade e a pluralidade cultural do país. Visamos uma educação orientada na perspectiva do reconhecimento das diferenças e do fortalecimento da identidade cultural, como condição de afirmação da cidadania e crescimento integral do indivíduo. Em Brasília, cidade que retrata a diversidade cultural do país, temos um espaço especialmente fértil para concretizar esta proposta.

Ao lado do saber consagrado, oriundo do conhecimento científico e tecnológico, existe a cultura do cotidiano, o saber popular, que tem sua própria lógica e está, também, em construção permanente.

Trata-se, então, de promover uma interação entre os diversos saberes, para que a escola seja o espaço do diálogo entre o geral e o específico, o acadêmico e o popular, o conhecimento cristalizado e o conhecimento vivo que a comunidade está produzindo em seu cotidiano. Um diálogo construtivo, que admite o confronto e as contradições inerentes ao repensar da escola. Um desafio que assumimos com grande entusiasmo, após a comprovação, em cinco anos de trabalho na coordenação do Projeto Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, pela Fundação Pró-Memória, da viabilidade da construção social de uma nova escola, em que a comunidade participe efetivamente da discussão e planejamento das práticas pedagógicas. E além de viável, a nova escola é imprescindível às transformações sociais, políticas e econômicas exigidas no atual momento de reconstrução democrática do país.

*Artigo publicado no Jornal de Brasília, set/86  
José Silva Quintas, diretor-executivo FEDF*

## MUDANÇAS NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

A Fundação Educacional está promovendo modificações na grade curricular dos cursos profissionalizantes do 2º grau, após levantamento de sugestões entre pais, alunos e professores.

A Direção de Ensino Regular pretende, gradativamente, desativar os cursos de Habilitação Básica em Administração, implantando em seu lugar o curso de Assistente de Administração; em lugar de Crédito e Finanças, colocará o curso de Técnico em Serviços Bancários e, em vez de Construção Civil, oferecerá o curso de

Técnico de Edificações, mantendo a HB em Saúde sem alterações.

“O que ocorre é a avaliação e redimensionamento dos cursos existentes, visando atender as necessidades dos alunos, dentro da demanda de mercado”, disse a diretora de Ensino Regular, Myrtes Mattos MacDowell. Entre as mudanças, consta o retorno ao regime anual, no Colégio Agrícola de Brasília, pois o semestral não oferece continuidade de estudos aos alunos oriundos de outros estabelecimentos que mantêm regime curricular anual. Os cursos de Técnico em Agropecuária e Economia Doméstica sofrerão alguns reajustes, inclusive com a introdução de outras disciplinas, como Industrialização de alimentos.

## FEDF REFORMA E AMPLIA ESCOLAS

A Direção de Engenharia da Fundação Educacional está concluindo uma série de obras nas escolas da rede oficial de ensino do DF. Dia 31 de outubro, na presença do governador, do secretário de Educação e do diretor executivo da FEDF, foi entregue à população do Núcleo Bandeirante a Escola Classe de Vargem Bonita, que teve ampliadas cinco salas de aula. No sábado, dia 1º, foi feito o lançamento da pedra fundamental da Escola Classe do Boqueirão, em Sobradinho. No dia 4, terça-feira, houve a reinauguração da Escola Classe 1 do Guará, totalmente reformada. Depois, no dia 6, quinta-feira, foi a vez do Gama, onde as Escolas Classe 1, 14 e 24 estarão funcionando com 13 salas de aula ampliadas.

Na primeira quinzena de novembro está previsto, ainda, no dia 8, o lançamento da pedra fundamental da Escola Classe Natureza, pertencente ao Complexo Escolar A de Sobradinho e a inauguração da Escola Classe Vila Areal, de Taguatinga, no dia 11, terça-feira.

Segundo a Direção de Engenharia da FEDF, as obras seguem cronograma traçado nos projetos Operação I e II, que compreendem construção, ampliação e reforma nas escolas, definidos no final do ano de 1985, através do Plano de Ação da Fundação Educacional do Distrito Federal.

## CONSELHOS DIRETORES SERÃO EFETIVADOS AINDA ESTE ANO

“A efetivação dos conselhos diretores está se dando gradativamente e será concluída no segundo semestre”. A afirmação é do diretor Geral de Pedagogia da FEDF, Clésio Ferreira, que também é presidente da comissão criada, em agosto, para definir instrumentos de orientação para a efetivação dos conselhos, ao lado dos professores Hermenegildo Bastos e José Leopoldino das Graças Borges.

A proposta de implantação do Conselho Diretor nas escolas da FEDF foi elaborada em 85, estabelecendo-se a meta inicial de implantação em 84 escolas. Representantes de pais, professores e alunos maiores de idade integram o Conselho, que visa a participação da comunidade na gestão da escola.

Segundo Clésio Ferreira, “a efetivação do Conselho Diretor foi dificultada por problemas que comprometeram a plenitude do trabalho pedagógico como um todo, como a carência de professores, ao lado da necessidade de esclarecimento ou adequação de alguns pontos do regimento do Conselho”.

A carência de professores praticamente inviabilizou a atuação dos coordenadores pedagógicos, que tiveram que permanecer em sala de aula. Como os conselheiros que representam os professores são escolhidos exatamente entre os coordenadores de área e disciplina, este problema atrasou a implantação dos conselhos, pois só agora a carência de professores está sendo suprida (ver matéria assinada pela professora Florentina Santos Leite). Além disso, as escolas enfrentaram dificuldades para encontrar pessoas que assumissem a função de coordenadores pedagógicos.

Em relação ao regimento, houve dificuldade quanto à caracterização do diretor pedagógico e adequação das escolas que fogem à tipologia básica. Durante todo o primeiro semestre de 86, foi discutida a dúvida sobre a caracterização funcional do diretor pedagógico do Conselho, pois a resolução

06/85, do Conselho de Educação, que aprovou a implantação dessa experiência, deixou margem a diversas interpretações sobre o artigo 9. O problema foi resolvido apenas em julho deste ano, com a aprovação, pelo Conselho Diretor da FEDF, do regimento do Conselho Diretor das escolas, com um parecer da Procuradoria Jurídica em que esta dúvida era dirimida, optando-se pela definição de que o cargo de diretor pedagógico não é uma função comissionada. “Só a partir desta decisão foi possível iniciar a indicação dos diretores pedagógicos das 84 escolas. Esta designação já foi feita pela FEDF e as escolas, com o desafogo da carência de professores, já iniciaram também a escolha de seus representantes”, explica Clésio Ferreira.

Quanto à tipologia básica, está previsto no regimento-padrão do Conselho Diretor que as escolas, cuja estrutura não se enquadra na divisão entre escola classe, centro de ensino e centro de educação, deverão apresentar propostas de regimento. Desta forma, a estrutura do Conselho Diretor a ser implantado na escola que foge à tipologia básica deverá atender à estrutura e funcionamento deste estabelecimento. É o caso das escolas que mantêm supletivo, cursos noturnos ou misturam atividades previstas em cada tipo. O DGP, segundo Clésio, já está examinando as propostas destas escolas para a adequação de seus regimentos.

Embora reconheça que os trabalhos da comissão encarregada de definir instrumentos para a efetivação dos conselhos sofreram algum atraso, Clésio observa que nada inviabiliza sua implantação e confirma que os 84 conselhos estarão efetivados em 86. “Diversas escolas, como o CE 4, do Gama, já implantaram o Conselho Diretor. Outras, iniciaram as eleições de diretores superintendentes e outros representantes. Esperamos que este trabalho seja intensificado, para a efetivação dos conselhos, no menor tempo possível”.

# REPOSIÇÃO DE AULAS É DISCUTIDA NA FEDF

## Comissão escolar do Gama debate propostas com direção da FEDF

“A Fundação Educacional se compromete a colocar professores, no próximo ano, para atender os alunos da Escola Classe 4 do Gama que se sintam prejudicados com a atual reposição de aulas”. A afirmação foi feita sexta-feira, dia 31 de outubro, pelo diretor executivo da Fundação Educacional, José Silva Quintas, à comissão de representantes da Escola Classe 4 do Gama, como proposta para superar o problema que a comunidade estudantil enfrenta na reposição de aulas.

Esta proposta, contudo, não contempla os estudantes do 3º ano do 2º grau, uma vez que estes alunos se encontram no último ano do ensino regular. Para discutir a situação, ficou acertado um novo encontro, possivelmente ainda nesta semana.

## Proposta bem recebida

Durante cerca de cinco horas, a comissão de 36 alunos e duas professoras, acompanhada pela diretora da Escola Classe 4 do Gama, sentou-se com os dirigentes da FEDF para debater os problemas relacionados ao sistema de reposição de aulas. Várias questões foram levantadas, desde o horário, até aspectos legais da medida. No final do encontro, a comissão mostrou-se bastante receptiva à proposta da FEDF. Segundo Ângela Micheline, professora do Gama, “a proposta é boa, mas deve ser discutida entre os alunos, em assembléia”. Porém, para se chegar a esta situação de entendimento, foi preciso discutir bastante o assunto, pois a comissão apresentou apenas a proposta de não comparecimento às aulas de reposição e os alunos poderiam ser repovoados por falta.

Portanto diversos cartazes, os alunos já antecipavam o estado de espírito para o debate. “Prioridade da educação não é o aluno. Existe aluno sem existência de professor”. Os professores das matérias técnicas são de contrato especial. Ficaremos sem professor no ano que vem”. Contudo, nem todos cartazes traziam mensagens de protesto. Um deles sugeria a solução para o problema: “porque não começamos a reposição das aulas no ano que vem?”.

A discussão transcorreu num clima aberto, no qual o professor Quintas reconheceu a gravidade da situação, sobretudo no tocante ao ensino que é oferecido aos estudantes de Química, Física, Biologia e matérias profissionalizantes. “Não há professor nestas matérias porque ele ganha muito mais fora do magistério. Por exemplo, um profissional de processamento de dados recebe mais do que o dobro para trabalhar seis horas fora da Fundação. Explicou, ainda, que os cursos de laboratório não foram criados por ele nem pelo secretário de Educação, Fábio Bruno. “Na época da criação, não havia sequer laboratório, mas estamos tentando corrigir a situação, só que não será de uma hora para outra”, disse Quintas.

## Problema existe

Outro item questionado pelos alunos foi a competência dos professores dessas matérias. Sobre este ponto, Quintas afirmou que “a contratação de professor é feita através de concurso público ou, em situações excepcionais, através de currículo. Quando não temos professor habilitado, buscamos um profissional da área. Se ele não é competente, procuramos substituí-lo, mas em período de eleições estamos impedidos de contratar novos professores e processar esta substituição. E a impossibilidade de contratar funcionários foi antecipada aos complexos. Agora, há situações que fogem da capaci-

dade da Fundação resolver. Um exemplo é o afastamento, voluntário ou não, do professor nesta época”.

## Início de entendimento

Aos poucos, a comissão começou a entender as limitações da FEDF e os problemas herdados pela atual administração e as propostas surgiram. Inicialmente, a comissão propôs a volta do sistema de dependência, para que o aluno pudesse concluir o ano. Posteriormente, a reposição do conteúdo não ministrado nas aulas. Ambas, entretanto, foram rejeitadas porque, segundo ficou esclarecido pela direção da FEDF, a decisão dessas propostas caberia ao Conselho de Educação do DF, que poderia aprová-las ou não. E ainda, se aprovadas, poderiam abrir jurisprudência para os alunos reprovados por nota.

Após a apresentação da proposta da FEDF, os alunos decidiram encaminhá-la para assembléia e levar a deliberação ao Conselho Diretor da Escola e à Fundação Educacional.

José Silva Quintas situa a proposta da FEDF dentro das possibilidades do planejamento descentralizado que está sendo implantado na rede. “Com a descentralização, as escolas podem elaborar projetos especiais de recuperação e outras atividades, assim como manter apenas a programação convencional, de acordo com a realidade local. No caso do Gama, a direção, alunos e professores poderiam propor um projeto de reposição de determinados conteúdos, para que os alunos tivessem a opção de estudar, em 87, o que não foi possível aprender este ano em condições desejáveis”. Desta forma, fica garantido o cumprimento do calendário escolar, que é uma exigência legal, mas abre-se ao estudante a possibilidade de atualizar seus conhecimentos nas disciplinas prejudicadas em 86 pela falta de professores.



Paraná, CE I. Programa de Auditório.

# UM NOVO FAZER PEDAGÓGICO

José Silva Quintas

Artigo publicado no  
Correio Braziliense, Set/86

Levar a vida à escola, para que a escola se integre, cada vez mais, à vida da comunidade. Esta interação entre a escola e o contexto do aluno toma agora novo impulso, com o planejamento descentralizado. O Plano de Ação de 87 da FEDF será feito através de um processo de descentralização, a partir de propostas de trabalho elaboradas em cada escola neste semestre. Com isso, pretende-se estimular a interação entre o conhecimento consagrado nos livros e o cotidiano da comunidade, que tem suas próprias formas de construção e transmissão do conhecimento. Além do saber cristalizado e acadêmico, serão incorporados o saber popular e o conhecimento do dia-a-dia, para uma troca de saberes que atenda à necessidade de afirmação da cidadania, tendo em vista o crescimento integral do aluno.

A escola tradicional é fechada em si mesma: trabalha com a fragmentação do conhecimento, a repressão da expressão e da criatividade. Ao se abrir à comunidade, a escola necessita, então, repensar as práticas pedagógicas, buscando maneiras de recuperar a interdisciplinaridade e lidar com a globalidade do real.

A construção de um novo fazer pedagógico deverá buscar subsídios nas experiências voltadas para a utilização de linguagens múltiplas, interdisciplinaridade e diálogo com o aluno. Mesmo no período autoritário vivido no país, diversas experiências de educação abriram caminho

para uma revisão profunda das práticas pedagógicas. Essa revisão, com suas contribuições teórico-metodológicas, alia-se agora às experiências em larga escala, na rede oficial de Brasília.

Ao entrar na escola, a criança se expressa de todas as formas, com facilidade para usar todas as linguagens. Gradativamente, a escola vai modelando a criança, para que use, predominantemente, determinadas formas de expressão e iniba outras. A palavra escrita (e copiada) assume um predomínio quase absoluto. Sua voz, seu corpo, seus movimentos são negados e disciplinados para a submissão. Esse processo está muito relacionado à fragmentação da percepção. Assim como a criança é impedida de desenvolver uma visão de conjunto, que estabeleça inter-relações entre os diversos fenômenos e permita uma visão global da realidade, é impedida também de vivenciar movimentos corporais e expressar o que pensa e sente.

A domesticação da criança na escola assume proporções dramáticas em relação a seu corpo. Imobilizada durante horas seguidas numa cadeira, deve manter o olhar no professor, permanecer calada quase todo o tempo, restringir seus movimentos ao uso do lápis e, no máximo, o correr do olhar entre o quadro, o professor e sua própria carteira. É esta criança imobilizada que costuma receber os maiores elogios na escola, por "bom comportamento".

Os estudos de psicomotricidade já demonstraram suficientemente a correlação entre fluência, flexibilidade e criatividade mental, emocional e corporal. Ao congelar o corpo, a escola contribui, igualmente, para a fragmentação da percepção e o bloqueio da expressão, reproduzindo, de maneira intensa e supercon-

tolrada, o que outras agências da educação informal fazem de forma menos sistematizada.

Defendendo a proposta de educar para o crescimento integral e a atuação sobre a realidade, a Fundação Educacional espera também a auto-crítica da escola. Uma evidência precisa ser debatida: a repressão à expressão em linguagens múltiplas e à visão do todo leva as pessoas a se autolimitarem. Aos poucos, vão se podando, como uma árvore que dispusesse de uma ferramenta e cortasse seus próprios galhos, chegando a uma forma padronizada, que é a esperada socialmente. Neste processo, os alunos são conduzidos a atitudes de submissão, com ênfase exagerada em rituais e paramentos, prenunciando o cidadão conformado, consumista, reprimido e repressor.

A realidade é um todo, assim como o aluno é um todo. Se o método científico ocidental trabalha com a divisão do trabalho intelectual, a divisão do conhecimento, a realidade continua sendo global. E a eficácia política para a transformação da realidade depende da apreensão do real. Apenas compreendendo sua realidade a pessoa pode encontrar formas de modificá-la ou integrar-se a ela, tendo clareza sobre suas referências e o que deseja transformar. As necessidades das pessoas não obedecem as divisões acadêmicas ou burocráticas. No trabalho com a comunidade, ao discutir a saúde, por exemplo, afloram questões ligadas a salário, moradia, alimentação, educação, saneamento etc.

Ao assumir a proposta de tomar como referência para seu trabalho o processo cultural da comunidade e respeitar a diversidade cultural, a escola necessita encontrar formas de superar a departamentalização do conhecimento. Para isso, é preciso recuperar o processo de equipe docente numa visão interdisciplinar. Através de cursos de reciclagem, discussões, seminários, troca de informações e experiências, pretende-se oportunizar a superação dos limites rígidos entre as diversas áreas do conhecimento, buscando, não a soma das compreensões isoladas, mas um produto interativo, a síntese de um processo dialético. Como organizadores de condições de aprendizagem, os professores são convidados a participar deste processo de recriação.



Oficina de desenho animado. Nutel.

# DESCENTRALIZAÇÃO:

## Uma nova proposta para aproximar a escola da realidade local.

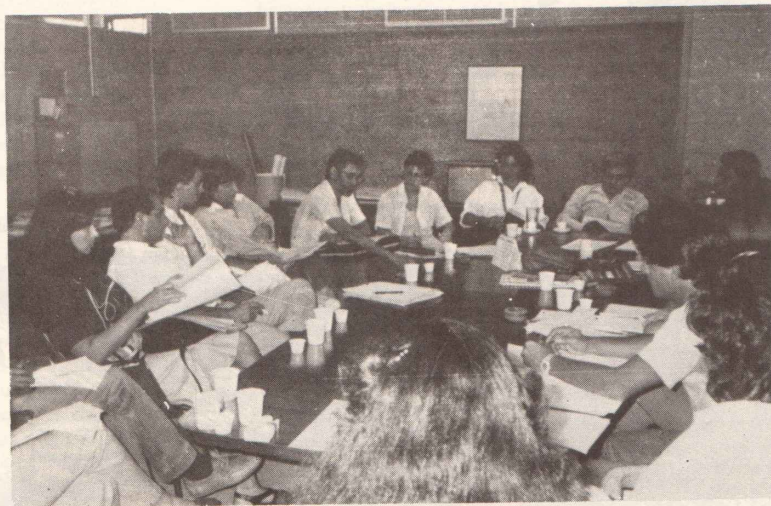
**JOSE QUINTAS** – Organizamos esse encontro com o objetivo de alimentar o debate na rede. Com o apoio da imprensa, vamos dar acesso a todos sobre as opiniões trocadas aqui, esperando que o debate sobre as grandes questões da FEDF se multiplique, avance e envolva toda a comunidade. Estamos iniciando o processo de descentralização dentro de uma instituição, historicamente, das mais centralizadas e despreparadas para a gestão do ensino público. A FEDF foi criada há 26 anos, para uma clientela bem menor. Hoje são 26.000 servidores, dos quais 15.500 são professores, e 360.000 alunos. A instituição foi se burocratizando e houve uma tendência a um afastamento entre a atividade-fim, que é o trabalho com os alunos, e a atividade-meio, que deve apoiá-lo. Na prática, os rituais burocráticos passaram ao primeiro plano e se tornaram muito mais importantes. Durante o regime militar, foram intensificados, em todo o país, os mecanismos de centralização, verticalismo e burocratização, permanecendo, hoje, resquícios que inibem a iniciativa e a criatividade. Ocorreram alguns casos aqui na Fundação que pareciam piada. Um processo para compra de areia, por exemplo, circulou meses e meses, recebeu 10 despachos e seu objetivo inicial foi esquecido. Tanto do ponto de vista da cultura institucional quanto operacionalmente, a Fundação é uma instituição despreparada para a descentralização. A última reforma feita aqui tem 10 anos. A entidade não se modernizou. Quando entrei, em março, o cadastro de pessoal era feito à mão. Estamos implantando a informática e isso vai levar algum tempo ainda. A rede física está deteriorada, temos um déficit de 788 salas de aula. Acelerando o cronograma de obras, teremos mais 430 salas até o início de 87, mas o déficit permanece. Do ponto de vista operacional, um grande entrave é o comportamento defensivo que as pessoas desenvolveram, em função das pressões que sofreram esses anos todos. São mecanismos de auto-defesa, visando a proteção contra possíveis riscos que poderiam advir da tomada de iniciativas: o que o Tribunal de Contas vai dizer? Será que eu deixei de cumprir algum procedimento? Quando estas preocupações passam ao primeiro plano, os objetivos finais do trabalho acabam se perdendo. Com um processo de administração e métodos, esta situação pode melhorar, mas a solução depende da mudança de mentalidade das pessoas.

O momento, agora, é propício à mudança e a sociedade cobra a renovação. Considero que o ponto de saída e chegada, na FEDF, é a questão pedagógica. A instituição se descolou de sua missão e precisa retomar o contato com o real. A descentralização é um processo que depende da adesão da comunidade escolar. Já se falou muito em descentralização, num sentido que eu chamo de “empinar papagaio”, como, por exemplo, com a criação de delegacias do MEC, criando-se uma representação local da instituição. Nossa proposta é criar, realmente, uma rua de mão-dupla, tendo à frente o processo pedagógico, que tem que puxar o administrativo. Desejamos que cada unidade escolar faça sua proposta de trabalho. É o início de um processo e aguardamos todos os níveis de resposta: desde o atendimento convencional ao aluno, às propostas mais avançadas de interação com a comunidade. O nó, o desafio, a provocação que faço a vocês é a seguinte: como fazer isso na instituição que descrevi? Como descentralizar com todos esses entraves? Minha hipótese é que a instituição só vai se modificar se a gente intensificar fortemente a interação com a sociedade. A modernização vem como consequência desse contato com a realidade.

**LETÍCIA CAMPOS** – Nesses dois meses que antecederam a elaboração do documento Planejamento Descentralizado, nos preocupamos em esclarecer bem sua definição. É um processo de trabalho dinâmico e de mão-dupla, na medida em que busca a participação da escola no

processo educacional, tornando-a corresponsável na administração. No primeiro momento o processo é trabalho porque os mecanismos de supervisão e acompanhamento devem levar em conta a diversidade das propostas. A descentralização, entretanto, é altamente educativa porque se aprende fazendo e refazendo e acaba com a uniformização. Pressupõe compromisso de cada um no processo global e leva em consideração os interesses dos diversos segmentos da comunidade escolar. Para este ano, pretende-se a definição de princípios, discussão com diretores da sede e dos complexos (o que vem sendo feito desde setembro), elaboração de instrumentos e mecanismos de operacionalização. Estamos elaborando conjuntamente a metodologia do planejamento descentralizado, que será consolidada, até 17 de dezembro, no planejamento da FEDF para 87. Estamos buscando, também, instrumentos novos para o relacionamento entre a administração central, complexos e escolas, como a regulamentação dos colegiados.

**IEDA DA SILVA** – Quando li o documento do planejamento descentralizado, vi que eu já havia discutido antes as principais questões que estão colocadas nele. Minha preocupação, no PROEM, passa por aí: o menino diferente precisa de uma escola diferente, não fazer uma escola assistencialista. Eu já desejava a descentralização porque a clientela da rede pública é essa clientela espoliada. As famílias de renda mais alta colocam seus filhos em colégios particulares. No Centro 9 do Gama a clientela é a mesma do PROEM, como em diversas escolas do DF. Todo o trabalho de criar metodologia e pedagogia que se tenta no PROEM bate com a realidade que se tem na periferia de todas as cidades. Só descentralizando, nesses aspectos que vocês colocaram, com ênfase no aspecto pedagógico, como o professor Quintas ressaltou, será possível levar esse trabalho adiante. No PROEM



pode haver espaço para não cumprir o mesmo currículo e outras normas de toda rede. Da mesma forma, é impossível se pedir que o CE 9 responda do mesmo jeito que a Escola Normal. Na minha época de formação, achava muito bonito o que aprendia na Escola Experimental da 305, que era para americano ver. Os nossos meninos tinham toda uma estrutura familiar que a escola complementava. Mas na periferia, hoje, não há essa estrutura familiar e esses meninos precisam receber um ensino de qualidade, mas que esteja adequado à sua realidade. Só vejo um passo para mudar isso: começando com a descentralização. Para mim, é um desafio mesmo. Há uma grande inércia, mas não podemos entrar nessa energia. Vamos discutir esse documento na escola. Vamos até correr o risco de perder algum espaço, porque a mudança passa por uma fase que sugere confusão, quando a pessoa se depara com o desconhecido. Mas o principal é uma postura de compromisso com uma atitude pedagógica e não apenas o PROEM. Isso ficou muito claro quando estive trabalhando na 409 e vi que ali, também, o trabalho teria que ser diferenciado da 305.

**ANA JUSSELMA** – Trabalho no Gama, junto às alas mais carentes e aos alunos do entorno de Goiás que estudam no Gama. Creio que, para haver igualdade, é necessário fazer investimentos desiguais. No Gama, é patente a necessidade de investimentos de todas as formas para igualar com as condições de ensino no Plano Piloto. Quanto à descentralização, acredito que ela abre canal para repensar e assegurar educação igual para os cidadãos. Penso, ainda, que o mais importante é discutir onde se pensa em investir. Para

mim, deve ser no professor, este professor que hoje está humilhado e que não consegue mostrar aos alunos que na América Latina há injustiça social, embora saiba que ela existe. É importante fortalecer o professor, porque já não se aguenta mais ter uma escola incompetente para tratar sua clientela. Os processos sociais se reverteram e a escola ficou parada. A experiência no Gama sobre educação sexual deu certo no primeiro momento. Apesar da impressão de caos, há muitos focos de resistência. Existe o momento profícuo, porque o caos já está organizado. Precisamos ter força de trabalho e os alunos têm muito para nos ensinar. O Programa Pé no Chão nasceu da idéia de um aluno.

**RAIMUNDO FALCÃO** – Era na clandestinidade como nos sentíamos, quando a proposta chegou num momento de caos. A implantação do programa Pé no Chão foi difícil, não por culpa da comunidade, porque a comunidade foi consultada. Como chegar com um projeto alternativo com meninos de rua? O agente de tudo é o professor e, se ele não estiver sensibilizado, não adianta. O desfile cívico no Gama incomodou muita gente. Nós não vamos mostrar o que tem de bom, mas as dificuldades que eles enfrentam. Agora, as dificuldades que observamos estão concentradas na direção da escola, que ainda quer que se peça a bênção. Bom, a idéia engravidou todo mundo e espero que nasça a criança. Ela está a caminho.

**LEONOR RIBEIRO** – O que foi colocado bate bastante com o que temos discutido na DAE. Saímos de um seminário com os alunos, sobre a Constituinte, e

o que a gente sente é isso: o aluno está aí, querendo colocar suas idéias e há essa resistência da maioria dos professores. É preciso, talvez, uma reciclagem dos professores. O professor muitas vezes se sente perdido e pode ficar sozinho, porque há uma pressão muito grande por parte dos alunos e da comunidade. Algumas vezes, o professor cria uma atitude de defesa e transfere suas dificuldades para a Fundação. Tivemos no seminário depoimentos de alunos que questionavam de onde partiam as proibições e recebiam como resposta dos professores, que era da Fundação, quando isso, na realidade, não ocorria. É preciso um trabalho junto ao professor para que ele desenvolva seu potencial e veja que alguma coisa precisa acontecer. Vamos levar à Jornada o que os alunos querem sobre ensino.

**ENÓQUIO ROCHA** – Nós, que trabalhamos à noite, nos sentimos humilhados. Quando se faz mutirão, a comunidade comparece e aí verificamos que a escola é tudo para eles. Nas férias, é comum ouvir esta conversa entre alunos: “e aí, onde você vai, agora que a escola fechou?” Creio que a descentralização é fundamental, porque, através da pressão que a comunidade faz, é possível mudar os rumos. Nós tivemos uma experiência importantíssima em nossa escola. No aniversário da escola, as crianças sujaram a mão na tinta, se pintaram, houve um entrosamento entre professor e aluno. E o mesmo aconteceu com os estudantes do noturno. Esse entendimento nós estamos conseguindo com muitos alunos. Um deles se mostrava descontente com os companheiros e não rendia, mas, após uma conversa, ele se soltou e demonstrou todo o potencial que tem.





**ELIZABETH DOS SANTOS** – Ao discutir sobre a descentralização, eu freqüentemente me lembro de uma historinha. Um camarada estava procurando uma chave, na rua, embaixo de um poste bem iluminado. Outro sujeito se aproximou e perguntou:

– O que você procura? Posso ajudar?

– A chave da minha casa.

– Onde foi que caiu?

– Ali do outro lado da rua.

– Mas por que você procura aqui, se caiu lá?

– Por que é mais iluminado. Lá está escuro.

A questão da descentralização passa muito por aí. As questões principais ficam, freqüentemente, esquecidas no lado escuro da rua: **porque, para que e o que** descentralizar. E aqui, pecebi que estamos assumindo esse lado escuro, em diversos pontos. Quando se diz, por exemplo, que falta um projeto pedagógico, que se busca a gestão de um projeto pedagógico, que pode, dentro das diversidades, ser generalizado no que trouxer de benefícios. A ênfase nos agentes desse processo também é fundamental. Pela primeira vez, vi aqui colocado um processo horizontal, que, a meu ver, visa a socialização das informações. Esta horizontalidade do processo de descentralização é uma coisa muito nova. A divisão do poder enfrenta grandes entraves: ninguém quer perder poder. Esse problema fica amenizado quando as pessoas sentem que o processo vai nascer delas, no caso, dos professores. É muito importante que todos se sintam parceiros e cúmplices, no bom sentido, em acertos e erros. A preparação dos quadros para a administração dos conflitos também é fundamental. Temos que aprender a aceitar o pensamento

divergente, aceitar a crítica do outro, a interação, pois o conflito é inerente a esse tipo de processo.

**SANDRA CARVALHO** – É necessário resgatar o que é planejar. O planejamento é um processo contínuo e sistematizado, onde devem ser pensadas ações de determinado prazo, tendo como referência objetivos políticos, sociais e administrativos.

Não se fala aqui da elaboração de modelos sofisticados, acabados e completos de planejamento, mas da criação de formas de administrar que partam da mobilização dos diversos níveis do sistema, isto é, de seus integrantes como um todo.

Para tornar isto possível, é preciso articular as informações de maneira a construir um conhecimento comum que possibilitará a unidade do sistema, sendo que a tomada de decisões resultará, assim, da discussão conjunta e integrada dos problemas. Além disso, é preciso estabelecer mecanismos de acompanhamento e controle, para dar ao planejamento um caráter flexível e possibilitar a correção de disfunções.

O planejamento é, por excelência, um instrumento de governo e deve refletir os princípios que o regem. Portanto, os métodos de planejamento anteriormente utilizados precisam ser analisados, revistos e modificados. Se um dos princípios da atual administração é a descentralização das instâncias decisórias, se faz necessário refletir como conseguir transformar a instituição que hoje temos, altamente centralizada e burocrática, na instituição democrática que pretendemos alcançar.

Neste sentido, o processo de planejamento deve possibilitar diferentes níveis de participação.

O que deve ser descentralizado? Muitas vezes, a descentralização de recursos acarreta desperdícios e custos inúteis e, em outros casos, não é possível concretizá-la, como as escolas pré-fabricadas. O que deve ser centralizado, a nível regional e local, deve ser resultado de análise, para que possamos avançar no sentido real da democratização da instituição escolar.

Por outro lado, se o nível de responsabilidade e de tomada de decisões é compartilhado, dependendo da ação a ser desenvolvida, existe um ponto comum: o conhecimento de todos sobre o processo de decisão e dos critérios utilizados na alocação dos recursos envolvidos. É necessário que todos tomem conhecimento dos momentos e limitações, em cada etapa de planejamento. NA FEDF, somos sempre atropelados pelos prazos curtos para a execução de trabalhos que envolvem alto grau de responsabilidade, o que leva ao imediatismo, à exaustão e frustração.

Neste processo de descentralização há um primeiro momento no qual é feito o levantamento de necessidades. Precisa-se, para isso, conhecer a rede, para que se possa negociar recursos e assegurar prioridades. Por outro lado, é necessária a complementação de recursos para o Plano de Aplicações de Recursos.

O detalhamento das ações, por outro lado, vai garantir participação e assegurar condições de participação. As questões técnicas são fundamentais para definir planejamento. O processo racionalizado de descentralização requer abertura de canais de participação, através de debates, cursos, conferências, eventos. É necessário, ainda, o envolvimento de todos, a partir da definição clara do plano de descentralização seus objetivos, definição da



competência técnica para definir a competência política do aluno, sobretudo, como se dará o processo de descentralização, para se ter uma noção de conjunto. É muito importante explicar isso de maneira muito simples, para que as pessoas possam entender que a SEF/DF dispõe de recursos muito precívalos. Em 1985, criou-se uma expectativa muito grande de reformulação total do sistema, quando não havia recursos para isso. O momento, agora, é riquíssimo, mas trata-se de um processo contínuo, que vai se desenvolver ao longo do quadriênio.

**RINO MARCONI** — Acho que a proposta de descentralização já foi bem aceita. A questão, agora, é a reconcentração do professor, para que ele possa assumir as novas propostas. A mudança da interação entre a escola e a comunidade apresenta aspectos bem diferenciados no Plano Piloto e nas cidades satélites. A experiência do NuteL, no Paraná, com as oficinas de vídeo para os alunos do Programa de Ações Educativas, mostrou que a interação é viável e necessária. Mas como transferir a proposta do Paraná para o plano? Quais são as referências desse aluno que mora em apartamento, numa comunidade destartalada? As possibilidades de realizar um trabalho avançado em recursos, neste nível, em relação à questão da absorção de tecnologia. Ao contrário do que se imagina, esta absorção não é lenta, o que é lento é o acesso a ela. No Paraná, os meios já estão ensinando a gente fazer rádio televisão, como ensinaram a fazer rádio e fotografia, em outras experiências.

**NELSON RAMOS FILHO** — O aluno tem muito a ensinar ao professor. O Paraná é a grande favela e a gente não tem recurso nenhum para esse trabalho. Apesar disso, está sendo possível realizar a experiência. Uma das maiores dificuldades que encontro é a resistência dos professores na minha própria escola. Na semana passada, disseram que, com meu trabalho, estou subvertendo os objetivos do professor nesse momento, sua luta por melhores salários e condições de trabalho, porque estou conseguindo realizar o projeto sem recursos extras. Não há problema com a direção da escola e os alunos participam ativamente. Só falta as pessoas verem que esse trabalho visa a conscientização para conquistar melhores condições de vida para todos, inclusive nós, os professores. Os meninos fizeram refletores com lata de leite, pintaram o muro aproveitando os recursos disponíveis e criaram as condições para fazer um trabalho que interessa a eles e à comunidade. Agora, é preciso reconhecer: dá muito mais trabalho dar uma aula em que todos falam, todos participam. Chego em casa exaurido. É bem mais trabalhoso do que ficar seguindo as fichinhas com plano de aula.

Como operar essa proposta de descentralização política? Muita gente já sabia que esse era o caminho, há muito tempo, mas as barreiras sempre foram grandes. Como fazer com que o professor acredite e perceba o modo de inovar? Me preocupo, também, com as barreiras que o próprio sistema impõe. Como é que, até 15 de dezembro, você pode sensibilizar o professor e já entregá-lo ao planejamento? Não temos um tempo hábil. Além disso, a própria estrutura física da FEDF separa o aluno pobre do rico. A Escola Parque conta com 60 professores para 2.000 alunos. No Paraná, são 2 professores para 900 alunos. Isso precisa de mudança imediata.

**ALOYLSO PINTO** — Vou falar dos aspectos técnicos, políticos e pedagógicos dessa proposta. O discurso político de descentralização precisa de um suporte de operacionalização também descentralizado, para que haja um sistema participativo desde a base. Isso não exclui a elaboração de um instrumento-padrão, que seja escrito em uma linguagem comum para evitar o caos, assim como você tem, num debate aberto, o uso comum da língua portuguesa. Acho também que a situação da educação não melhora sem a obtenção de maiores recursos. Neste sentido, é melhor não inventar propostas que possam gerar maior frustração. São dois problemas a resolver: expandir o sistema e expandir a qualidade do ensino neste sistema. A Sandra lembra a necessidade de implantar grandes projetos e o perigo da frustração. É bom deixar claro que a descentralização é um processo de aprendizagem para todos nós. Quanto aos aspectos políticos, é fundamental a troca de informações, não se cair no uso de um jargão fechado, de modo limitado. Em relação à questão pedagógica, entendo que a descentralização de meios é um instrumento para a descentralização pedagógica. A realidade atual é que o professor é um instrumento de subjugação do aluno e também isso é muito difícil. É preciso restituir a responsabilidade de professores e alunos sobre o processo de aprender. Enquanto isso não ocorrer, a proposta de descentralização continua capenga nos fins. É preciso preparar o professor. E os treinadores, quem preparar?

**MYRTE MAC DOWELL** — Temos aqui experiências concretas, técnicas da descentralização. Existem outras e, aos poucos, vai ocorrendo um processo de irradiação. Estou altamente envolvido na proposta de descentralização e participo, frequentemente, dessa grande angústia: é isso que vai resolver os nossos problemas? Nem tudo. A gente está conquistando espaço para avançar e convivendo com diversas dúvidas. Como é que essa sistematização vai acontecer? Como ocorre a decodificação dessas propostas

para nosso professor? Se ele decodificar em função dos referenciais que predominam até hoje, acaba ficando extremamente técnico. A gente não quer cair nisso, senão era só fazer um manualzinho e pronto.

**JOSÉ QUINTAS** — E a gente sabe que o manualzinho não resolve. Isso sempre foi feito e não resolveu até hoje.

**MYRTE MAC DOWELL** — A questão é o lado escuro da rua, de que a Beth Falk. Como sistematizar, sem cair no tecnicismo, mantendo a mão-dupla? O professor precisa perceber o espaço que tem e reconhecer sua potencialidade. As novas propostas não devem ser decodificadas como normas.

**PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA** — Educação hoje, no Brasil, é como dar esmola na porta da igreja para suprir necessidades básicas, mas sem resolver os problemas de fundo do país. O Estado encontra algumas soluções, mas não consegue. Neste Estado, a discussão da escola democrática se contrapõe à realidade existente, porque hoje a escola brasileira é espelho da norte-americana que forma corruptos. É por isso que a educação está num caos e sempre esteve. Recentemente, estive numa discussão sobre esporte, em São Paulo, e verificamos que a base dos problemas é a mesma: falta de atenção à área social.

Quantas pessoas se sentaram para discutir educação? E ela não melhora. A causa é simples: o governo burguês não se interessa em fazer uma educação decente porque trabalha para os multinacionais. É incrível: Jacques Cousteau vem ao Brasil e faz pesquisa. E por que? Porque precisamos importar pesquisa para desenvolver o Brasil.

Os problemas da educação existem em todo o país, mas há diferença entre a estrutura do ensino público e do ensino privado. Outro dia, fui falar de esportes no colégio La Salle e lá eles têm quadras, professores e todo material necessário para desenvolver a prática do esporte. O que eu poderia falar? Já na escola pública não há, sequer, espaço para a educação física.

Hoje em dia, a escola se apresenta como um refúgio para os estudantes, mas nem para isso ela serve porque os estudantes fogem das escolas. Eu apresentei recentemente o projeto **Recrear no Recreio**, que vou aumentar o intervalo de 10 para 40 minutos, a fim de que os estudantes possam praticar o esporte, enfim, ter lazer. Temos que sanar os problemas de fundo do Brasil para que o estudante não seja marginal, nem seja obrigado a frequentar a cadeia. A escola faz parte da vida de, para ser honesto, é preciso todos os direitos que um cidadão deve ter.

**BERNARDO SALES** — A questão mais importante é a seguinte: a escola ensina, mas o aluno não aprende. A culpa é do sistema que havia no país e que obrigou a família a deixar o aluno nesta escola. Agora, quanto à descentralizar e planejar, tenho muitas dúvidas. Como fazê-lo se não há verba?

Houve mudanças, inevitavelmente, que ajudaram o Brasil. Uma delas, talvez a principal, é que o governo deixou de ser dos coronéis e passou a ser democrático. Mas na escola persistem alguns problemas que devem ser resolvidos. O diretor de Complexo ainda é cargo de confiança, mas tem que mudar. A autonomia da escola é outra questão. Num dia desses, houve um problema na escola do Gama que deveria ser resolvido no próprio local, com a comunidade estudantil, mas não foi assim. Creio que é desta forma, descentralizando, que a escola serve para todos.

**GERALDO ALEMAR** — No Brasil e no DF, a educação está sendo meramente um aparelho ideológico do Estado, como a Igreja e outras instituições, servindo para pregar a ideologia governamental. Não sei se a FEDF tem poder para fazer a descentralização. Se a gente não descentralizar também a questão ideológica, pedagógica, não atinge o objetivo. As escolas formam apenas mão de obra barata, utilizando uma ideologia que não nos interessa. A realidade brasileira é de miséria e as escolas não estão mostrando isso. Na Cilandia, vejo essa diversidade. Temos o poder de fazer uma reforma de conteúdo, mostrando a realidade? Estamos cansado de ver o professor naquela "independência ou morte", de forma verticalizada. Não queremos mais isso. Na Semana de Biologia, discutimos a educação brasileira, de forma escandalosa, e vimos que o Brasil não avança se a educação não for prioritária. No debate sobre educação sexual nas escolas e sobre o planejamento de 87 já será beneficiado com a nova proposta, senão comprometeremos mais um ano. Como não se pretende uniformizar as propostas de trabalho, há espaço para todos os tipos e níveis de resposta por parte das escolas, desde as mais convencionais às mais arrojadas, de acordo com as possibilidades. Quanto à questão dos recursos, mencionados por Aloylson, creio que é possível implantar a descentralização. Há muito desperdício na FEDF. Além disso, o poder de pressão para a obtenção de maiores recursos será maior se tiver o respaldo da comunidade.

A Fundação tem condições de fazer uma reformulação de conteúdo para mudar a educação na raiz, sem passar pelo MEC? Por que se coloca a educação capitalista, para gerar ambiguidade, quando há outro polo: o socialização do saber?

A educação está sendo levada ao estudante de forma alienante. Os estudantes ficam só com aquele ponto de vista que é imposto, daí a evasão, repetência, analfabetismo. Essa educação está expulsando o estudante, que vê a escola como um espaço obrigatório. É bôuvvel ampliar o ano letivo, mas não adianta manter o que tem ali. Ampliando o ano escolar e reformulando o conteúdo, vamos formar pessoas ativas na sociedade.

Em reunião da UBES e UMESB com o ministro da Educação, já levamos a proposta de ampliação do horário de recreio para 40 minutos, para difundir a cultura e integrar os alunos. É o projeto **Recrear**

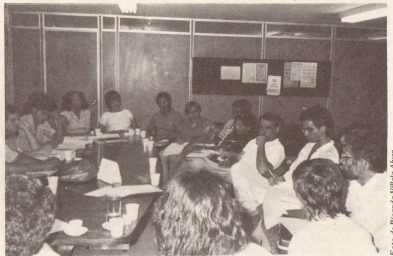


Foto de Aloylson Pinto/Arquivo

no Recreio, para implantar os centros populares de cultura e outras atividades.

O Projeto **no Chão** também nos trouxe que contribui para a aproximação entre os estudantes. Isso é muito importante, porque os nossos passados procuram dispersar o mais possível. Para descentralizar, vamos abrir espaço nas escolas, para não deixar que as escolas continuem robotizando os estudantes.

**LETÍCIA CAMPOS** — Gostaria de responder algumas colocações que foram feitas durante o debate. Em primeiro lugar, concordo com Ana Rangel: é preciso investir desigualmente para ser igualdade. A horizontalização aparece no momento porque apenas desta forma o planejamento descentraliza na vertical, e é apenas participativo. Reconhecemos que o tempo é curto, mas consideramos preferível dar início ao processo, que implica na consolidação de uma metodologia, que estará plenamente desenvolvida em 87. Iniciando agora, o planejamento de 87 já será beneficiado com a nova proposta, senão comprometeremos mais um ano. Como não se pretende uniformizar as propostas de trabalho, há espaço para todos os tipos e níveis de resposta por parte das escolas, desde as mais convencionais às mais arrojadas, de acordo com as possibilidades. Quanto à questão dos recursos, mencionados por Aloylson, creio que é possível implantar a descentralização. Há muito desperdício na FEDF. Além disso, o poder de pressão para a obtenção de maiores recursos será maior se tiver o respaldo da comunidade.

**LETÍCIA CAMPOS** — Quanto à criação de instâncias de deliberação coletiva, as propostas das escolas deverão ser acompanhadas por um colegiado e a gente espera que esse colegiado garanta a aproximação com a realidade.

**MYRTE MAC DOWELL** — Mas a gente sabe que, em determinado nível, esse colegiado também será manipulado.

**ANA ELIZABETH SANTOS** — Seria um planejamento descentralizado ou a descentralização do processo pedagógico e administrativo? Se o planejamento levar apenas ao plano, prevalecerá a linha tecnicista.

**ALOYLSO PINTO** — É importante essa distinção, porque plano é de governo; o processo está voltado para o autogerido.

O autoritarismo deixou marcas que inibem a iniciativa e a criatividade.

**ANA RANGEL** — Para a descentralização acontecer, é preciso descobrir um canal para tornar vivo o professor. A medida em que estiver vivo, ele pode experimentar outras situações e se abrir à criatividade.

**JOSÉ QUINTAS** — Criado o espaço, é um espaço de explicitação das pessoas. O espaço convida a acontecer.

**RINO MARCONI** — É a coisa impossível da comunicação. No Paraná, abriu-se espaço para uso de vídeo, os alunos trouxeram temas do dia-a-dia: sexualidade, pesca, falta d'água.

**NELSON RAMOS FILHO** — Isso é vídeo. Não dá para falar.

**ANA RANGEL** — O aluno está mais latente. O problema é o professor. Ele detém o conhecimento e isso atrapalha muito.

**LETÍCIA CAMPOS** — Quanto à criação de instâncias de deliberação coletiva, as propostas das escolas deverão ser acompanhadas por um colegiado e a gente espera que esse colegiado garanta a aproximação com a realidade.

**MYRTE MAC DOWELL** — Mas a gente sabe que, em determinado nível, esse colegiado também será manipulado.

**ANA ELIZABETH SANTOS** — Seria um planejamento descentralizado ou a descentralização do processo pedagógico e administrativo? Se o planejamento levar apenas ao plano, prevalecerá a linha tecnicista.

**ALOYLSO PINTO** — É importante essa distinção, porque plano é de governo; o processo está voltado para o autogerido.

**ANA ELIZABETH SANTOS** – O princípio que rege a proposta é a descentralização e o instrumento é o planejamento.

**JOSÉ QUINTAS** – Há um ponto de consenso: isso não é uma panacéia. O objetivo não é fazer mais um documento, mas adotar uma postura, inaugurar a busca de um novo processo pedagógico. O planejamento descentralizado é um instrumento que gera um espaço de explicitação, de acordo com a realidade que se está vivendo, e não apenas um plano de trabalho. O tempo é curto, falta dinheiro, mas a proposta é dar o 1º pontapé para o jogo começar, desencadear o processo. Minha expectativa, para o início de 87, é de uma coisa começando, com alguns trabalhos explicitados e outros sendo iniciados. Abrir caminho. E a prática torna irreversíveis certos princípios, como o respeito às diferenças e a busca de autonomia. Ao destacar a importância do processo, é preciso questionar o formalismo a que a escola tanto se apegou. A simples realização de eleições democratiza a escola? É preciso criar autonomia, mas num processo conquistado pela comunidade.

É importante que fique claro que o planejamento descentralizado é um instrumento. Ele traz um conteúdo, uma proposta ideológica: a divisão de poder. Abre novos espaços, contrapõe uma tendência. Há resistência, há descrença, ao lado do entusiasmo de muitos. E é preciso trabalhar com a diferença mesmo. A escola que não quiser, não vai adotar. É um erro querer nivelar o sistema. Vamos deixar aflorar todos os tipos de proposta. Lidar com a diversidade pressupõe admitir o conflito e a necessidade de administrá-lo. Estamos iniciando uma nova prática, não-formalista, que visa a atividade-fim, a proposta pedagógica.



Foto de José Cruz/EBN

Paranoá: o cotidiano da comunidade.

**IEDA SILVA** – Na experiência do PROEM, estamos aprendendo a conviver com as diferenças. É preciso saber esperar o momento das pessoas e acreditar que os professores possam desenvolver seu potencial.

Participaram do encontro, realizado dia 30, o diretor-executivo da FEDF, técnicos da sede, professores e diretores que desenvolvem experiências típicas do processo de descentralização, um professor da UnB e uma coordenadora do MEC. Os pontos mais polêmicos da proposta de descentralização foram atribuídos às formas e prazos para a operacionalização, carência de recursos, contradições ideológicas e preparação dos professores. Os estudantes participaram intensamente e aproveitaram para batalhar por mais tempo para o recreio.

Como disse a coordenadora do debate, Jane Setti, “alguns pontos não poderão ser respondidos em um dia, justamente porque dependem desse processo de aprendizagem que todos estamos vivendo; para outros, não há resposta, só a angústia mesmo, e alguns, proponho que as pessoas levem para casa e pensem”. Uma coisa é certa: ficou provado que descentralização é assunto de todo mundo.

## O DEBATE CONTINUA

As pessoas foram chegando. Curiosas, ressaltadas, cheias de exemplos ou de dúvidas. O convite para o debate sobre planejamento descentralizado surpreendeu algumas: “mas eu não entendo nada disso”... O papo foi esquentando e ficaram quase quatro horas envolvidas na discussão, disputando a vez de falar.

Participaram do debate:

**José Silva Quintas** – diretor executivo/FEDF

**Aloyson Pinto** – professor da Faculdade de Educação/UnB

**Ana Elizabeth Sofrano Alves dos Santos** – coordenadora da Gerência de Cooperação Intersetorial/SEPLAN- MEC

**Jane Abranches Setti** – assessora da Diretoria-executiva/FEDF

**Maria Letícia de Salles Redig de Campos** – assessora da DEX e Coordenadora do GT - Planejamento Descentralizado

**Myrtes Mattos Mac Dowell** – diretora de Ensino Regular/FEDF

**Sandra Maria de Carvalho** – assessora do Departamento Geral de Pedagogia/FEDF

**Rino Cesare Marconi** – diretor do Núcleo de Teleeducação/FEDF.

**Nelson Ramos Filho** – professor do Centro de Ensino 1, Paranoá. Projeto Programa de Auditório.

**Maria Ieda Lopes da Silva** – diretora do PROEM – Promoção Educativa do Menor. Projeto Meninos na Rua.

**Raimundo Falcão** – coordenador de artes, CE 9 – Gama, Programa Pé no Chão

**Enóquio Souza Rocha** – professor do CE 9 – Gama, Programa Pé no Chão

**Bernardo Sales Cardoso** – presidente da UMESB – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília

**Geraldo Alemar** – diretor da UMESB

**Paulo Henrique de Oliveira** – diretor da UBES/BsB – União Brasileira de estudantes secundaristas

**Ana Jusselma Rangel** – assistente da SAE, Programa Pé no Chão

**Leonor Costa Ribeiro** – assistente da Direção de Assistência ao Educando/FEDF

# FUNDAÇÃO ABRE CONCURSO PARA PROFESSORES

A Fundação Educacional do Distrito Federal realizará concurso público para professores classes A, B e C, a fim de suprir o quadro de carência do próximo ano letivo. As inscrições para professores classes B e C podem ser feitas no período de 3 a 7 de novembro e para professor classe A, entre 10 e 14 de novembro, no horário de 8 às 12 e de 14 às 18 horas, na Direção de Recursos Humanos da FEDF, 106 Sul.

As provas para professores classes B e C serão realizadas no dia 30 de novembro e para professor classe A, no dia 7 de dezembro, às 8h30m, na Universidade de Brasília. O concurso tem validade de um ano e estabelece para o contratado a jornada de 20 horas semanais, a que corresponde um salário base de Cz\$ 2.063,70, para classe A, Cz\$ 3.419,10, para classe B, e Cz\$ 4.488,30 para classe C. As vagas existentes se destinam a preencher carência de professor nas escolas das cidades satélites de Planaltina, Gama, Ceilândia e Brazlândia. No Plano Piloto, as vagas destinam-se unicamente à Escola de Música de Brasília.

Os candidatos a professor classe B poderão concorrer em Comunicação em Língua Portuguesa, Educação Artística, Práticas Integradas do Lar, Práticas Comerciais e de Serviços, Práticas Agrícolas e de Extrativismo, Práticas Industriais ou Ciências Físicas e Biológicas.

Para professor classe C, serão realizadas provas em Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, Sociologia, Francês, Espanhol, Programa de Saúde, Educação Artística (música, artes plásticas e cênicas) e Educação Física.

Os interessados em participar do concurso devem se dirigir a qualquer agência do Banco de Brasília, preencher a Ficha de Inscrição, na qual escolhem uma única área/disciplina, e pagar uma taxa no valor de Cz\$ 50,00, Cz\$ 80,00 ou Cz\$ 110,00 para classes A, B e C respectivamente a favor da FEDF, conta nº 802009-5, agência 209 - W3 Norte. Maiores informações pelo fone 242-9622.

## DGA PEDE REDUÇÃO DO CONSUMO DE LUZ, ÁGUA E TELEFONE

O Departamento Geral de Administração, preocupado com o crescente consumo de água, telefone e principalmente energia elétrica, vem sugerir aos servidores, através do **Informe-se**, medidas destinadas a racionalizar e reduzir o consumo em todas as escolas e setores da FEDF.

Em relação à energia elétrica, devem ser tomadas as seguintes medidas: maior aproveitamento da luz natural; manter as luzes apagadas, quando os recintos estiverem vazios, em períodos noturnos, manter acesos somente os pontos estratégicos, de maneira a facilitar a vigilância; efetuar constantes verificações, de modo a evitar que eletrodomésticos e outros equipamentos permaneçam ligados desnecessariamente.

O telefone deve ser utilizado para fins estritamente profissionais, dentro de suas principais características: objetividade, brevidade e clareza. Quanto à água, deve-se evitar: consumo desnecessário; torneiras e válvulas abertas, fora de uso; vazamentos em caixas d'água e encanamentos. A DGA solicita, ainda, que se efetue a leitura da água no mesmo dia em que é realizada pela Caesb, para fins de conferência. Segundo o diretor da DGA, Jefferson Vaz Morgado, o departamento procurará informar às unidades sobre o consumo mensal desses serviços, para que possam efetuar o necessário acompanhamento.

## HORAS EXTRAS SEQUEM ACORDO SINDICAL E CLT

Florentina Santos Leite,  
Coordenadora Geral de Recursos Humanos/FEDF

A Fundação Educacional do Distrito Federal esclarece que estão sendo observadas, rigorosamente, as cláusulas do Acordo Sindical e da CLT, na regulamentação de horas extras de professores e demais servidores. Em nenhuma hipótese, o professor é conduzido a trabalhar sem remuneração ou obrigado a repor aulas após licença médica.

Os professores recém-contratados, conforme a cláusula 22 do Acordo Sindical, só podem entrar em recesso escolar após o cumprimento da carga horária semestral prevista no calendário escolar, o que muitas vezes implica no trabalho em janeiro. Quando estes novos professores têm interesse em antecipar o trabalho que seria realizado em janeiro, ficam com a opção de dar aulas aos sábados, para garantir a possibilidade de não trabalhar em janeiro. Isto não significa que o professor recém-contratado esteja sendo destituído de qualquer remuneração, mas apenas uma solução negociada para a reposição de aulas e garantia de folga em janeiro, embora o recém-contratado só tenha direito às férias, após um ano de trabalho

na FEDF, como qualquer trabalhador.

Estamos trabalhando, atualmente, para suprir os dias letivos não cumpridos em 86 por falta de professores. A reposição de dias letivos comprometidos pela greve foi solucionada no 1º semestre, junto com o SINPRO.

Face à impossibilidade de contratar novos professores pelo bloqueio de contratações e da lei eleitoral, a FEDF abriu em outubro, em caráter excepcional, a utilização de até 20 horas extras para professores de 40 horas, desde que o trabalho extra não seja realizado no mesmo local onde é feito o trabalho regular. Esta foi a única maneira de suprir o déficit de aulas onde não havia professores concursados em disponibilidade, como em Ciências, Química, Física, Matemática, Artes, bem como em disciplinas profissionalizantes.

O trabalho aos sábados é uma situação excepcional e as direções das escolas têm liberdade para negociar com os professores a melhor maneira de cumprir o calendário escolar.

A FEDF não expediu nenhum documento sugerindo que os professores tenham que repor aulas após licença-médica. Nenhum professor procurou a FEDF para se queixar deste tipo de abuso.

A insegurança e a violência nas escolas têm ocupado o dia-a-dia da comunidade e as manchetes dos jornais, causando grande preocupação aos órgãos que respondem pelo ensino no Distrito Federal. Diversas medidas estão sendo tomadas para ampliar a proteção às pessoas que estudam e trabalham nas escolas, ao lado da discussão sobre as causas da violência e as formas de lidar com o problema.

A Fundação Educacional vem solicitando, desde abril, à Secretaria de Segurança, através da Secretaria de Educação, policiamento intensivo em 112 escolas, indicadas pelos complexos escolares como áreas críticas. Em setembro, voltamos a solicitar o policiamento preventivo, agora em todas as escolas, face ao agravamento do problema.

Sugerimos, também, a articulação pela SE da criação de um grupo de trabalho interinstitucional, com o objetivo de estudar formas de ampliar as medidas preventivas, com a atuação conjunta dos órgãos de educação e as secretarias de Se-

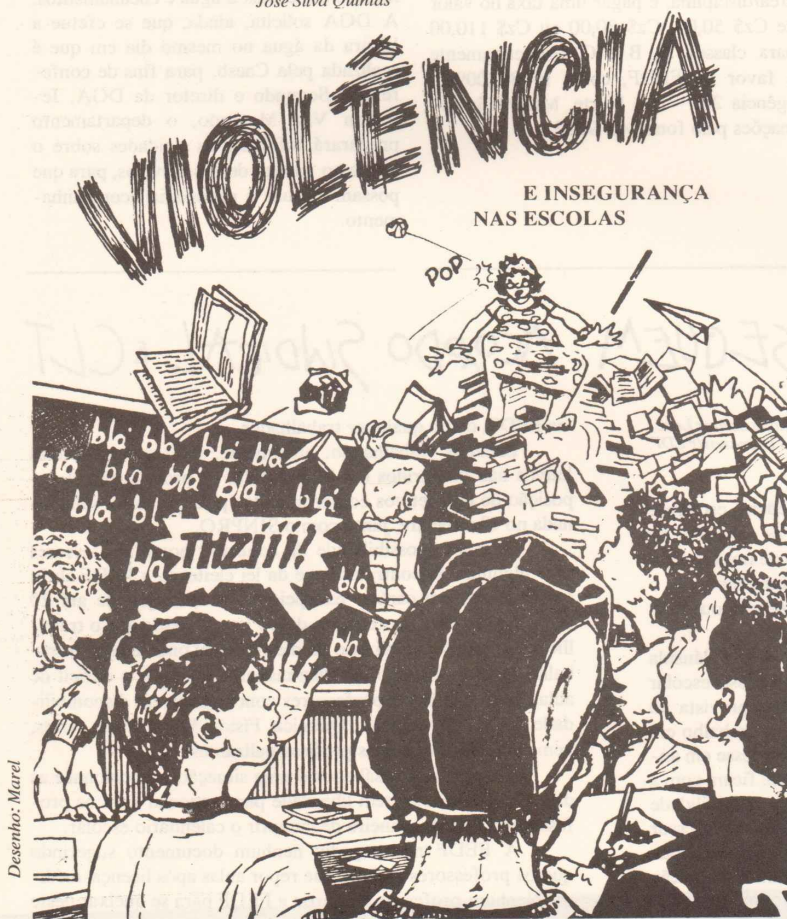
gurança e Serviços Sociais.

À medida em que o fenômeno da violência vai avançando, precisamos também nos aparelhar para trabalhar com adolescentes que apresentam problema de conduta violenta, através de um atendimento especializado. A FEDF solicitou, neste sentido, na proposta da TEP - Tabela de Emprego Permanente, ampliação do número de psicólogos e orientadores educacionais, assim como a inclusão do emprego de cientista sociais, especialmente sociólogos e antropólogos. Estes profissionais deverão atuar em diversas instâncias, seja no atendimento direto ao aluno, seja na discussão do problema, com a escola e a comunidade.

Constituindo um problema de causas múltiplas, a violência exige uma abordagem interdisciplinar por parte da escola, para ações que abrangem desde o atendimento direto ao aluno, as relações familiares, o cotidiano da comunidade, até a discussão da violência como fenômeno numa sociedade de classe.

### Como a escola dialógica pode abordar estes problemas?

José Silva Quintas



A discussão sobre a violência envolve, freqüentemente, as condições físicas das escolas e medidas de proteção contra agressões externas. O encaminhamento do problema não pode ficar restrito, entretanto, às formas de controle de certos efeitos da violência, por se tratar de um problema social complexo, que exige uma nova postura da escola em seu relacionamento com a comunidade.

O processo de implantação do planejamento descentralizado na FEDF prevê a elaboração de propostas de trabalho em cada escola, neste semestre, a partir da realidade local, para consolidação do Plano de Ação de 87 da Fundação. À medida em que a escola passe a ter como referência para o seu trabalho o contexto do aluno e o cotidiano da comunidade, problemas e necessidades da população deverão aflorar, demandando novas respostas. O trabalho de ensino-aprendizagem necessita, então, incorporar experiências, fenômenos, problemas presentes no contexto em que a escola se situa, em todos os seus aspectos, desde o mundo do trabalho, o mundo das idéias, até a questão da violência. Se o problema existe, a escola não pode fechar os olhos.

### DO CURRÍCULO À COMUNIDADE

Dentro da proposta de interação com a comunidade, a abordagem da violência passa por diversos níveis de trabalho, que se entrelaçam no dia-a-dia. Entre eles, o atendimento especializado a alunos que apresentam problema de conduta violenta; a adoção do tema violência, em suas múltiplas facetas, como conteúdo curricular; a organização de formas de lidar com o problema, a partir de sua discussão e da mobilização dos diversos setores da comunidade e órgãos governamentais.

Como conteúdo curricular, o tema violência urbana já foi incorporado ao Supletivo e sua discussão será ampliada ao 1º e 2º graus. Trata-se de discutir, profundamente, causas, efeitos e formas de controle da violência, através de diversas disciplinas. Essa discussão envolve também a própria formação da nação brasileira. O choque cultural ocorrido com a chegada dos europeus ao Brasil, que levou ao extermínio da maioria da população indígena; a escravidão dos negros; a repressão aos movimentos populares. Estes são alguns entre os inúmeros exemplos de violência na história do país.

Entre as causas da violência, a escola não pode deixar de assumir a sua parcela. A primeira violência a ser examinada, neste sentido, é a negação da experiência e da cultura do aluno. À medida em que o processo educacional não se vincula ao contexto em que a criança vive, começa a violência contra o aluno. Isto acontece, por exemplo, quando a escola não reconhece e incorpora as formas de convivência, de aprendizagem, de organização, de

uso do espaço, de uso do corpo, de uso das diversas linguagens presentes no cotidiano da comunidade, em seu esforço pela sobrevivência.

Os processos de aprendizagem que pressupõem um aluno-médio, um padrão que deve servir como modelo, são processos de violência, embora camuflados. E apesar de não ser reconhecida ou gritante, a violência simbólica tem uma repercussão tão grave na vida do indivíduo quanto a agressão física. Como se sente e o que internaliza o aluno que é tratado como **ninguém**, algo a ser preenchido a partir de referências culturais externas e, freqüentemente, antagônicas à sua cultura?

Há violência na própria escola, à medida em que se impõem currículos e programas ao professor e este é levado a uma relação autoritária com o aluno. A desapropriação do direito à identidade cultural ocorre numa instituição altamente homogeneizante e autoritária. Uma instituição que, contraditoriamente, gera e reproduz a violência em suas próprias relações e práticas. Ao iniciar a discussão sobre a violência, a escola necessita, então, questionar seu próprio cotidiano e verificar o que, dentro da escola, contribui para que ocorram atos de violência que apresentam sintomas de uma escalada crescente.

Como instituição voltada para os processos de ensino-aprendizagem, cabe à escola, também, redimensionar o conceito de violência, ampliar a percepção da comunidade sobre as diversas formas de violência que esta sofre e reproduz, assim como discutir os processos de intensificação da violência física ou simbólica dentro de uma visão global da realidade. Se o chamado "mundo moderno" é marcado, cada vez mais, pela violência ostensiva ou difusa, é preciso que a escola contribua para a percepção e a crítica destes processos e sua lógica interna.

O aumento da violência ocorreu, no Brasil, paralelamente ao regime militar e autoritário, acompanhado de um aumento nos movimentos de migração determinado pela adoção de um modelo de desenvolvimento dependente e concentrador de renda. No mesmo período, ocorreram grandes mudanças nos valores relacionados aos papéis sexuais e relações familiares, gerando tensão entre as tendências conservadoras e tradicionais e os novos modelos difundidos pelos meios de comunicação ou desenvolvidos pelos movimentos sociais. O aumento da miséria foi simultâneo à intensificação dos processos de desapropriação do direito à identidade cultural, ao lado de uma necessidade de reelaboração de referências sobre as relações familiares que não foi assumida por nenhuma instituição progressista, em larga escala. Ao mesmo tempo em que enfrentavam uma dificuldade crescente para obter condições mínimas de sobrevivên-

cia, grandes contingentes da população viviam, em seu cotidiano, alterações profundas de hábitos e valores. O forró do interior nordestino era substituído ou entrava em convivência com o rock; os valores rígidos sobre o universo familiar eram confrontados com outras formas e valores, enquanto os meios de comunicação contribuíam para aumentar e ambigüidade e o conflito no processo de reelaboração de parâmetros; a figura do chefe de família foi alterada pela entrada da mulher no mercado de trabalho, sem nenhum acompanhamento para que as pessoas pudessem rever suas referências e regras de convivência. Se fragiliza e provoca insegurança, a perda de referências contribui igualmente para a submissão e a irrupção de respostas desordenadas ou violentas.

Esta foi a herança que recebemos. Com a conquista de um novo momento, voltado agora para a mudança e a reconstrução democrática do país, a reflexão sobre a violência significa também uma revisão sobre as formas de manutenção da ordem social que favorecem a concentração de renda e contribuem para uma desmobilização da sociedade civil.

Em Brasília, os níveis de violência se intensificaram nos últimos seis anos, atingindo agora proporções consideradas alarmantes, no Plano Piloto e nas cidades-satélites, onde os índices de roubos, agressões e assassinatos são ainda mais altos. Esta é a violência que ocupa as manchetes de jornais, provocando grande discussão sobre as formas de controlar os seus efeitos. Na perspectiva adotada atualmente pela direção da FEDF, é necessário que a violência seja vista, também, em suas causas e discutida como um fenômeno que permeia e sustenta as relações de dominação em todas as esferas. Há violência na desapropriação da terra, na concentração da renda, na carência de serviços públicos, nas relações de trabalho, nas relações familiares e na educação tradicional. Se a mudança é desejada socialmente, cabe à escola, no mínimo, ver o que inibe esta mudança em suas práticas diárias.

Abrindo-se à comunidade, a escola terá que conviver com a violência, à medida em que ela está presente em seu dia-a-dia. Não de forma passiva, mas como espaço de reflexão e organização da comunidade, buscando formas de lidar com esse problema. Quais são as formas de violência que atingem a comunidade? Quais as opções da escola e da comunidade para encaminhar o problema? Qual poderia ser a articulação entre a escola, outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil para um trabalho conjunto?

Como um fenômeno com raízes políticas, econômicas, sociais e culturais, a violência exigiria uma mobilização global para a adoção de medidas que tratassem

de suas causas. Como instrumento de mobilização da comunidade, a escola poderá chegar a contribuir para as transformações necessárias à superação do problema, dentro de suas limitações para resolvê-los.

Se necessita lidar com a violência, a escola, à medida em que se abre à comunidade, num processo de troca, caminha junto com a população na busca de soluções. A relação de interpenetração escola-contexto poderá proporcionar à escola, de outro lado, novas formas de reconhecimento por parte da comunidade. Sendo quebrada a barreira entre o que acontece dentro e fora da escola, e à medida em que a escola respeite e incorpore o processo cultural que ocorre na comunidade, as relações se estreitam. As experiências mostram que a legitimidade da escola aumenta com esta aproximação, pois ela passa a ser um bem daquela comunidade. Sem uma legitimidade construída por práticas educacionais democráticas, a escola sofre os mesmos tipos de violência que atravessam toda a sociedade, e neste sentido fica restrita à adoção de medidas defensivas, como o policiamento e a construção de muros altos. Com maior legitimidade, a escola talvez passe a ser tratada como um bem a ser defendido pela comunidade como um todo, um bem a ser preservado de forma semelhante às entidades de lazer ou religiosas, como as escolas de samba e as igrejas, que não costumam sofrer sistematicamente violências, exceto furtos de objetos de valor.

No senso comum, a violência está associada apenas a algumas formas de agressão física e desapropriação de bens. Ao ampliar a consciência sobre o espectro da violência, passando agora a incluir as diversas formas de dominação, a miséria e a perda de referências, a escola deverá redimensionar, também, o conceito de segurança. Em sentido amplo, dentro dos direitos constitucionais, "segurança" deve ser interpretada como o direito ao exercício da cidadania, a condições dignas de sobrevivência, à busca da felicidade em contraposição às formas de dominação.

Ao invés da perplexidade ante o aumento da violência, podemos pensar na obtenção de maior lucidez sobre a reelaboração de valores e no aprendizado da participação como um processo mediado por condições objetivas e subjetivas do atual momento histórico, visando uma abordagem criativa e realista dos problemas que estão sendo enfrentados pela comunidade. Enfim, um mergulho corajoso no problema poderá ampliar a compreensão do fenômeno, fornecer instrumentos à comunidade para uma leitura crítica de sua realidade, bem como revelar formas e mecanismos eficazes para uma maior mobilização e organização da comunidade na busca de melhores condições de vida.



## BRASÍLIA TRAZ MEDALHAS DA OLIMPIÁDA DAS APAES

“Consideramos que foram atingidos os objetivos, não só pela participação e entusiasmo de nossos alunos, como pelo clima de confraternização proporcionado pelos 700 atletas, oriundos de 18 estados brasileiros”, disse o professor Jairo Miranda, chefe da delegação de Brasília na 8ª Olimpíada das APAEs e Escolas Especializadas, realizada de 19 a 24 de outubro, em Santa Catarina.

Brasília obteve os primeiros lugares em Handebol e Futebol de Salão, nos coletivos. Nas modalidades individuais, obteve as primeiras classificações no salto em distância, arremesso de peso, 4x100, salto em altura e arremesso de peso feminino.

O evento, promovido pela Federação Nacional das APAEs, teve como principais objetivos despertar os atletas para a prática desportiva, integrá-los com outras APAes e despertar na comunidade a necessidade de espaço para participação do excepcional na sociedade. A delegação brasiliense contou com o apoio da Ok Óleos Vegetais, IBM, Hotel das Nações, Marleska Confeções, Grava-BB e Fundação Educacional do Distrito Federal.

## Interação entre educação e cultura

Dando prosseguimento ao ciclo de palestras sobre Educação/Produção, o professor José Silva Quintas falará sobre o Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, dia 19 de novembro, às 9:30 hs, e no dia 20, às 20 hs, no CET de Ceilandia. Entre 1981 e 86, o Projeto Interação desenvolveu mais de 80 experiências de educação, voltadas para a participação da comunidade em todo o país, atuando junto aos movimentos populares e escolas da rede pública, em periferias urbanas, vilas de pescadores, seringais da Amazônia, áreas de colonização e comunidades indígenas. Os interessados em conhecer a experiência podem solicitar os vídeos do Interação na Fundação Pró-Memória, fones: 223-3507 e 224-7911.

## ARTE-EDUCADORES ABREM BIBLIOTECA

A Associação de Arte-Educadores do DF está montando sua biblioteca e aguarda doações de livros e periódicos. Desde já, seu acervo está aberto ao público, no espaço cedido pelo CEAB - Centro de Estudos Afro-Brasileiros, no Edifício Brasília Rádio Center, loja 20, térreo. A sede do CEAB foi inaugurada em outubro, com uma exposição de arte negra que continua aberta ao público. Informações com Kenia de Mello, fone 226-3148, horário comercial!



Escola Parque 308 sul

## CONSTITUINTE

Dia 13 de novembro às 16 horas, José Silva Quintas participa do curso “Constituinte e Constituição”, falando ao grupo de estudos do Ministério da Cultura sobre Educação, Cultura e Constituinte. O debate é aberto ao público e será realizado no auditório da Secretaria de Finanças, no Edifício Vale do Rio Doce, à frente do MinC, no SNB. O curso é promovido pela UnB/Correio Brasiliense.

## ENCONTRO DE PAIS E ALUNOS

A Escola Normal de Brasília irá sediar o Encontro de Pais e Alunos da rede oficial de ensino, a ser realizado no dia 22 de novembro, de 8 às 18 horas, sob a coordenação da Direção de Assistência ao Educando. O encontro busca repensar a relação escola/comunidade e propor alternativas de trabalho para o próximo ano letivo. A DAE estima que 800 pais participem deste encontro.

## 2ª OLIMPIÁDA PANDA/IBM

O diretor-executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, José Silva Quintas, e o diretor de Educação Física e Desportos da FEDEF, Rodolfo Araújo, em reunião com representantes do DEFER e da iniciativa privada, confirmaram a realização da 2ª Olimpíada Colegial Panda/IBM, que deverá ocorrer no período de 3 a 18 outubro de 87. Na olimpíada realizada este ano, participaram 2.000 atletas da rede oficial e particular de ensino, em sete modalidades esportivas.

Foto de Yuugi Makiuchi



## ESTUDANTES EXPÕEM TRABALHOS DE ARTE

O Complexo Escolar B de Ceilândia estará promovendo, no período de 17 a 28 de novembro, no Saguão Negro do Centro Educacional Elefante Branco, a 1ª Educart, uma exposição de arte que reúne cerca de mil trabalhos de estudantes do Complexo. A exposição tem por objetivo incentivar a criatividade de alunos. A Banda de Música do Centro Educacional abrirá a programação, que conta ainda com demonstrações de capoeira, frevo, candomblé, quadrilha e, como ponto alto, a apresentação da peça de teatro Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto.

### EMB abre escola na Semana do Música

Concertos e debates sobre música popular brasileira, oficina de instrumentos,

seminários e mostra fotográfica. Estas são as atividades que estarão sendo desenvolvidas na Semana do Música, promovida pela Escola de Música de Brasília de 17 a 22, de novembro, na 602 Sul. "O principal objetivo é o de comemorar o Dia do Música, que transcorre no dia 22, e desenvolver uma série de atividades voltadas para o fazer musical, envolvendo alunos, professores da EMB e das cidades satélites, visando também atrair o público para dentro da escola e integrá-lo às atividades, disse a coordenadora do evento, Maria Elizabeth Ernest Dias.

### AVISOS DO NUTEL

O Núcleo de teleeducação (NUTEL) pede às escolas e complexos que façam uma avaliação dos programas entregues com os gravadores VHS, após cada exibição, com análises, sugestões e resultados. É muito importante para o NUTEL receber resposta rapidamente, para melhor

atender aos professores e alunos da rede.

O NUTEL convida os professores com experiência em projetos e produção de brinquedos e materiais pedagógicos, ou alguma experiência na área de produção gráfica e programação visual, a entrarem em contato com a chefia do núcleo, para a realização de um encontro onde serão definidas formas de atuação nestas áreas.

### Inscrições para Mestrado em Psicologia e Literatura

A Universidade de Brasília abriu inscrições para o curso de mestrado em Literatura e Psicologia. Os interessados em Literatura podem se inscrever até o dia 5 de dezembro para o teste de seleção que ocorrerá nos dias 9, 10 e 11 de dezembro. Já o prazo do curso de mestrado em Psicologia se encerra dia 20 de novembro. Maiores informações pelo fone 274-0022 r. 2356/7.

### "CANTOS E RECANTOS"

CANTOS E RECANTOS é o livro de poesias, de autoria do professor Admário Luiz, que estará sendo lançado às 19 horas da próxima quarta-feira, dia 12, na sede da Associação de Assistência aos Servidores da FEDF - ASEFE, no 1º sub-solo do edifício Bernardo Sayão, SCS. A promoção é da Asefe, que convida seus associados para noite de autógrafos do autor. Admário é titular da Direção de Material da FEDF e já publicou os livros Momentos, Passageiros da Esperança e rua do Curral Velho, tendo sido premiado, em 1985, com o conto "Cadeira Preguiçosa".

### EXPEDIENTE

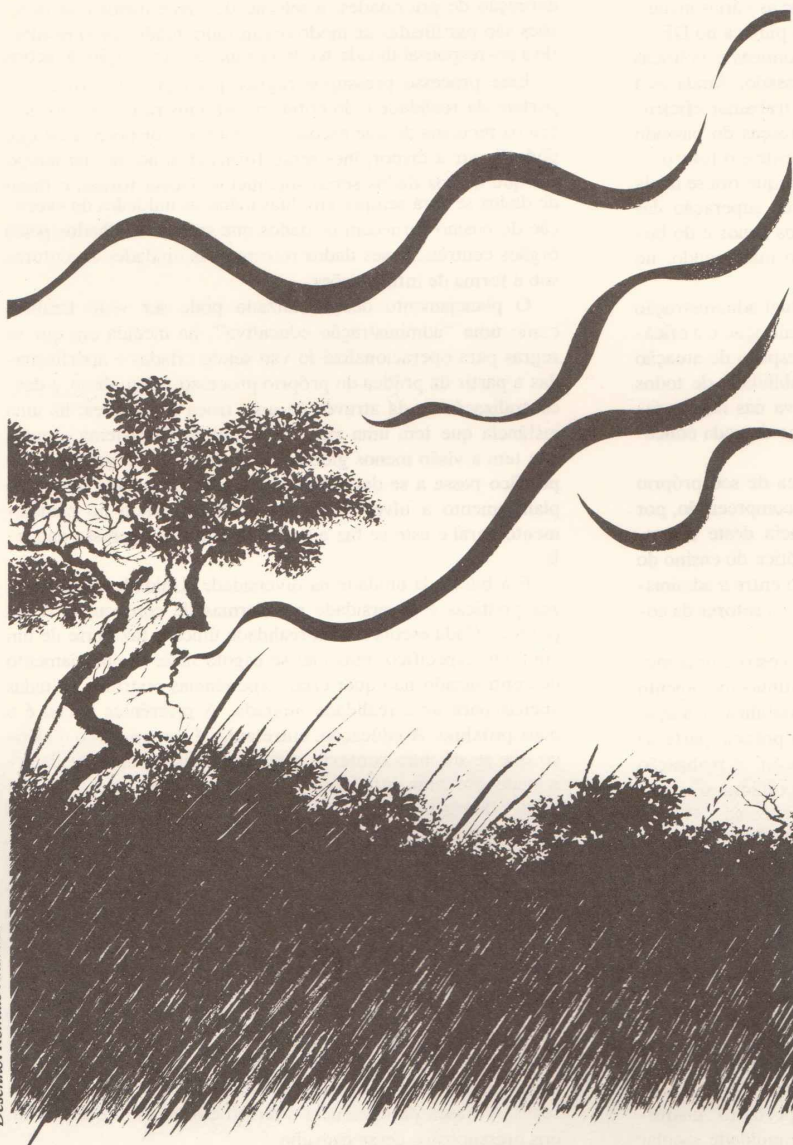
Edição  
Denise Alves - DRT 950/DF

Redação  
Egnaldo de Araújo Santos - DRT 4230/DF  
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Apoio  
Ricardo Villela Alves

Diagramação e arte-final  
Equipe do Nutel/DAP  
Lilian Regina  
Waldir Campos

Está aberto o debate. Envie suas opiniões e sugestões, em forma de texto, fotos ou desenhos, para uma nova edição extra.  
FEDF - Assessoria de Imprensa. Edifício-sede.  
SGAN 607 - Proj. D - Sala 235.  
Informações com Denise  
273-9836 - 273-8654





# PLANEJAMENTO DESCENTRALIZADO VIABILIZA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

*Texto adaptado por Jane Abranches Setti, com base nas discussões e documentos que estão sendo gerados a partir da proposta de descentralização.*

*O Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de planejamento descentralizado foi composto pelos professores Maria Letícia de Salles, Redig de Campos, Ana Lúcia Ribeiro de Oliveira, Jane Abranches Setti, Hermengildo José de Menezes Bastos, Sandra de Castro Alvarenga, Herta Schmitz Gonçalves, Moysés Costa Gomes, Paulo de Tarso Machado e Elisio Marcio de Oliveira.*

O momento político pede participação. A tarefa de construção da nova escola, necessária após 20 anos de autoritarismo, requer novas formas de articulação entre as várias instâncias da instituição responsável pela educação pública no DF.

Sabemos que as estruturas sociais, econômicas e políticas ainda são as mesmas que vigoraram no passado. Ainda está longe a sociedade que se quer e temos que trabalhar eficientemente esse momento onde coexistem as forças do passado ao lado da necessidade de se construir o presente e o futuro.

O planejamento descentralizado, processo que ora se inicia na rede, coloca-se como uma perspectiva de superação das dificuldades decorrentes da centralização dos meios e do burocratismo, que se intensificaram, de modo mais agudo, no período do autoritarismo.

A descentralização define o projeto da atual administração da Fundação Educacional que, buscando a agilização e a eficácia do sistema como um todo, garantirá o espaço de atuação de cada um de seus agentes, a co-responsabilidade de todos aqueles que concorrem para a ação educativa nas nossas escolas e o compromisso que a sociedade exige de cada educador.

O sentido do projeto virá com a dinâmica de seu próprio processo de implantação, onde se buscará a compreensão, por parte dos setores envolvidos, da importância deste instrumento para a viabilização da gestão democrática do ensino do DF, estabelecendo, inclusive, uma nova relação entre a administração central, as instâncias intermediárias e os setores da comunidade.

O planejamento descentralizado é um processo e uma metodologia. Pode ser encarado como um contínuo movimento circular, onde, "amarrando-se" a proposta, viabiliza-se a ação e, num segundo momento, avaliando-se esta prática, parte-se para modificá-la, para nova fase de "amarração" e realização da proposta. A superação de cada fase proporciona o movimento circular em espiral, avançando-se no processo.

A escola, em sua definição mais ampla, não pode deixar de atender aos interesses da comunidade escolar específica e contextualizada, mas não pode também se restringir a ela. Suas relações com os outros segmentos do todo devem compor sua definição. Ao se resguardar o direito da comunidade escolar de conhecer e opinar sobre o funcionamento da escola, de participar das decisões do contínuo da administração, de assumir o papel que lhe cabe no processo de redemocratização da educação, procurar-se-á garantir, na pluralidade das formas de execução, uma unidade na filosofia e na postura política diante do processo educacional do DF.

O Planejamento descentralizado busca, portanto, institucionalizar e formalizar a participação da comunidade escolar

no processo educacional, através da divisão do poder de decisão, da responsabilidade, da negociação e do compromisso. A definição de prioridades, a seleção de fins e meios e as decisões são partilhadas de modo organizado, tendo como resultado a co-responsabilidade na determinação e execução de ações.

Esse processo pressupõe regras, princípios e normas que partem da realidade e do cotidiano administrativo. Dados sobre os recursos de que escolas e complexos dispõem e de que poderão vir a dispor, lhes serão fornecidos, ao mesmo tempo em que outros dados serão solicitados. Dessa forma, o fluxo de dados se fará sempre em duas mãos: as unidades de execução do ensino fornecem os dados que serão trabalhados pelos órgãos centrais. Esses dados retornam às unidades executoras sob a forma de informações.

O planejamento descentralizado pode ser visto também como uma "administração educativa", na medida em que as regras para operacionalizá-lo vão sendo criadas e aperfeiçoadas a partir da prática do próprio processo. Além disso, a descentralização se dá através de uma troca de saberes: há uma instância que tem uma visão de conjunto do sistema e outra que tem a visão menos global. A relação entre o geral e o específico passa a se dar a todo momento, na medida em que o planejamento a nível local está contextualizado no planejamento geral e este se faz a partir do que está expresso naquele.

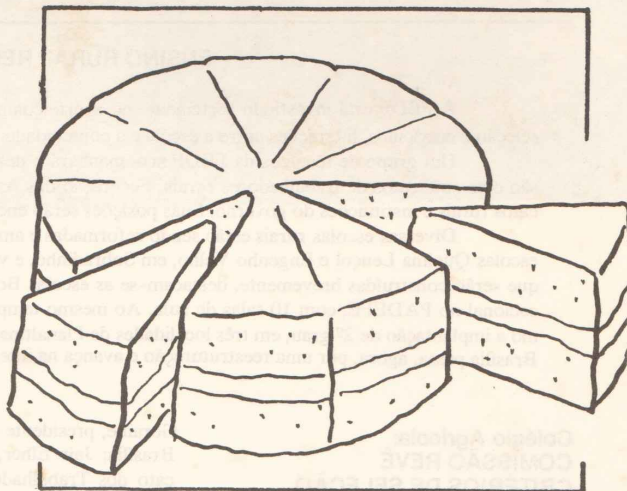
É a busca da unidade na diversidade. Unidade nas diretrizes políticas e diversidade nas formas de consecução dessa política. Cada escola é uma realidade única e faz parte de um contexto específico, mas não se esgota nele. O planejamento descentralizado não quer criar experiências restritas, voltadas apenas para uma realidade limitada. A referência inicial é o mais próximo. A educação, entretanto, é um processo dialético que se dá num contexto específico, historicamente determinado por uma infinidade de variáveis que ultrapassam os limites do restrito.

A participação dos vários segmentos da instituição congrega a diversidade das experiências e leva a uma maior aproximação da realidade. As informações sobre a realidade são pressupostos do trabalho descentralizado. De posse delas, os indivíduos passam a conhecer melhor seus problemas. O produto desse processo será um plano mais adaptado à realidade concreta que se quer mudar e aos meios de que se dispõe.

Partindo-se de dados reais, ter-se-á uma diversidade de projetos. Faz-se importante ressaltar que essa diversidade não comprometerá a qualidade do ensino porque cada projeto estará voltado para suas necessidades e partirá de patamares reais. A busca da eficiência e da produtividade deve ser um dos pressupostos desse trabalho.

O planejamento descentralizado, como metodologia, será sempre avaliado e aperfeiçoado para que, num processo de aprendizado conjunto, se caminhe para a adoção das melhores formas de operacionalização da proposta. Isso não significa, entretanto, que prazos não sejam cumpridos ou que as decisões, depois de tomadas através do consenso, não sejam respeitadas. A fase de crítica dos mecanismos do fazer tem seu momento determinado e deve acontecer no processo de elaboração dos planos. A partir daí, aquilo que foi determinado pelas várias instâncias deve ser executado. Paralelamente, se rediscute, com base na prática anterior, o que deve ser modificado para a próxima etapa de elaboração das propostas.

Visto em si, o planejamento descentralizado não é a solução mágica para todos os problemas educacionais do DF, e só cumprirá o seu papel em conjunto com outros fatores, entre os quais se ressalta a participação e o compromisso de todos envolvidos no processo. Uma nova etapa se inicia a partir desse momento. Nosso compromisso é com a escola democrática almejada por todos. Cabe a cada um de nós, através do diálogo permanente, avançar na consecução desse processo.



# PASSOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO

Em 86:

1. Definição dos princípios, através do 1º documento: Planejamento Descentralizado – Diretrizes Gerais.
2. Discussão com diretores da Central e dos complexos, para definição de métodos, desde 10 de setembro.
3. Elaboração do 2º documento, que inclui um primeiro instrumento para as escolas.
  - 3.1 Identificação e descrição da realidade.
  - 3.2 Atividades e recursos necessários.
  - 3.3 Atividades/projetos/melhoria – recursos necessários.
  - 3.4 Recursos discriminados.
  - 3.5 Espaço para parecer do Colegiado.

Obs.: Para os complexos escolares, serão adotados procedimentos semelhantes, ao lado de um trabalho com a comunidade organizada.

4. Elaboração de sistemática de avaliação e acompanhamento. Em síntese:

- Subsídios para elaboração do planejamento – escolas, complexos, administração central.

1. Documento Diretrizes Gerais – 1ª Parte.

2. Documento – 2ª Parte:

- operacionalização dos princípios
- formulário para planejamento

3. Documento – 3ª Parte:

- regulamentação do Colegiado
- sistemática de avaliação e acompanhamento

Até 17 de dezembro, tudo deverá estar consolidado no planejamento da FEDF.

Em 87:

- Acompanhamento do processo.
- Avaliação da sistemática.
- Consequentes mudanças na estrutura administrativa.
- Reavaliação das normas.
- Informatização.
- Consolidação de metodologia.

Grupo de Trabalho que está montando a operacionalização, através da elaboração de instrumentos de planejamento e da sistemática de análise, avaliação e acompanhamento:

Maria Letícia de Salles Redig de Campos – coordenadora

Equipe atual:

Sandra de Castro Alvarenga – DER

Luiz Antonio da Costa – D. Patrimônio

Marilene Ribeiro dos Santos – DEE

Moisés Costa Gomes – DGA

Mara Gomes – DEX

M. Inês Sarnet M. S. Melo – DES

Herta Schimitz Gonçalves – COPLAN

Honorina Martins Negri Neta – DP

Igara M. Mendonça Alencar – Direção de Material

Regina M. Mendes de Moraes Dantas Ribeiro – DER

Ambrosina da Costa Coradi – DER

## ENSINO RURAL RECEBE MAIOR APOIO

A FEDF está investindo fortemente no aperfeiçoamento do ensino rural, através da reestruturação dos critérios de seleção e currículos, interações entre a escola e a comunidade, ampliação da rede física e abertura de novos cursos.

Um grupo de técnicos da FEDF acompanhará o desenvolvimento do ensino rural, promovendo, também, a discussão com sindicatos de trabalhadores rurais, Federação das Associações de Moradores em Áreas Rurais e suas filiais, sindicatos rurais e instituições do governo. Suas posições serão encaminhadas à comissão que elabora o Plano de Educação.

Diversas escolas rurais estão sendo reformadas e ampliadas, como a EC Vargem Bonita, no Núcleo Bandeirante, as escolas Queima Lençol e Engenho Velho, em Sobradinho, e várias escolas de Taguatinga e Planaltina. Entre as novas escolas que serão construídas brevemente, destacam-se as escolas Boqueirão, Sansão e Natureza, em Sobradinho, e um centro educacional no PADEFE, com 10 salas de aula. Ao mesmo tempo, novos cursos estão sendo abertos nas escolas existentes, como a implantação de 2º grau, em três localidades de Planaltina e Supletivo no Vale do Amanhecer. — O Colégio Agrícola de Brasília passa, agora, por uma reestruturação e avança na interação com a comunidade.

### Colégio Agrícola: COMISSÃO REVÊ CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Uma comissão para elaboração de critérios para seleção de novos alunos para o Colégio Agrícola de Brasília, cujas inscrições vão de 10 a 21 de novembro, acaba de ser constituída pelo diretor executivo da FEDF, José Silva Quintas. Formada por representantes da comunidade, entidades classistas, professores do Cab, Complexo Escolar "A" de Planaltina e de técnicos do Departamento Geral de Pedagogia, "a comissão tem por principal objetivo reelaborar as normas existentes, propiciando uma seleção menos discriminatória, para que os alunos de escolas do Plano Piloto não sejam privilegiados em detrimento daqueles da zona rural", disse Sérgio Rubens Ribeiro, diretor do CAB.

"Os alunos selecionados anteriormente não possuíam, em sua grande maioria, tendências para o ensino agrícola, o que contribuía para a ocorrência de problema disciplinares graves e insatisfação do aluno em estar frequentando um curso incompatível com seus anseios pessoais, ocasionando muitas vezes o abandono dos cursos pela inadaptação ao meio rural. Hoje existe turma com um só aluno. Isto é inaceitável", disse Sérgio Ribeiro, que há cerca de 4 meses vem dirigindo a escola. "Os alunos do próprio meio rural do DF, em sua grande maioria, não eram aprovados nos testes de seleção, devido às dificuldades nas disciplinas teóricas exigidas nos antigos testes de seleção, e, embora já tivessem grande vivência prática na agropecuária, isto não era levado em consideração, o que agora será corrigido pela comissão", esclareceu o diretor do CAB.

#### COMISSÃO

A Comissão é composta por Mário Cesar de Souza Castro, diretor do Complexo Escolar "A" de Planaltina; Rubens

Goraibe, presidente do Sindicato Rural de Brasília; Jair Elher, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília; Damião de Souza Neto; presidente da Federação das Associações dos Produtores Rurais; José Ramos, coordenador da Comissão Nacional da Juventude Rural; Berenice Fernandes de Melo, gerente pedagógica do CAB; Sérgio Rubens Ribeiro, diretor-gerente do CAB; Walter Antonio Rodrigues, professor da Coagri, à disposição do CAB, e Patrícia Tâmega Ribeiro, do Departamento Geral de Pedagogia da FEDF.

As inscrições para seleção de candidatos aos cursos de Técnico em Agropecuária e de Economia Doméstica serão realizados no período de 10 a 21 de novembro no CAB, para concluintes do 1º grau. Cerca de 120 vagas serão oferecidas para Agropecuária e 35 para Economia Doméstica.

#### Escola/Comunidade

"Nós trouxemos a comunidade para dentro da escola, recebendo suas críticas e sugestões", afirmou o diretor do CAB. A situação observada pelos professores e constatada através de debates com a comunidade aponta que os alunos do CAB, anteriormente, eram preparados para atuarem em grandes empresas rurais, públicas ou privadas, o que não correspondia à realidade da região geo-econômica do DF.

Através de debates realizados entre a escola, comunidade rural e sindicatos de trabalhadores e produtores rurais da área, chegou-se à conclusão de que o Colégio Agrícola passaria a ser um centro de convergência de aspirações rurais, disseminando técnicas em agropecuária, objetivando maior entrosamento entre a escola e a comunidade.

Dentre as sugestões apresentadas e que serão postas em prática, constam o estágio de alunos nas próprias comunidades rurais da região geo-econômica do DF; oferta de cursos práticos aos traba-

lhadores rurais locais, paralelamente às atividades letivas, como os de oleicultura, suinocultura, fruticultura e outros, além da realização de encontros e seminários, para troca de experiências técnicas.

Uma comissão de professores do Colégio Agrícola está propondo ao Conselho de Educação a mudança da grade curricular do curso de Técnico em Agropecuária, tendo em vista ser um ensino voltado também para os pequenos e médios produtores rurais e que dá ênfase a um maior volume de aulas práticas, informou Sérgio Rubens Ribeiro. O diretor ressaltou a necessidade da diversificação do ensino, abrindo mais opções, de acordo com o sistema produção-escoamento, em função dos recursos e da comunidade, ao lado do incentivo à formação de cooperativas.

O curso de Economia Doméstica será discutido a nível nacional, durante seminário que será realizado em Uberaba-MG, em novembro. Serão analisadas algumas distorções no curso, "como os preconceitos em relação a seu nome e o fato de não cumprir a sua finalidade principal, que é o aproveitamento de produtos agropecuários (por isso o curso funciona no CAB), além de outros aspectos importantes, como o de assistência à mulher rural", disse Sérgio Ribeiro.

#### RECURSOS

O CAB está recebendo recursos da ordem de Cz\$ 6,8 milhões do Ministério da Educação, que serão aplicados na sua reestruturação física, o que possibilitará a construção de um galpão para abrigar máquinas e implementos agrícolas, seis salas de aula-ambiente, junto aos setores de realização de aulas práticas, reforma total de um prédio para funcionamento de cooperativa-escola e aquisição de máquinas e implementos agrícolas, além de propiciar reforma de alojamentos. Apesar da injeção de recursos, o CAB, segundo seu diretor, ainda atravessa uma fase crítica, "por ter passado vários anos sem a devida manutenção em seus 2.200 hectares e 21.000 metros quadrados de área construída".